Família Contemporânea
César Ibrahim – Psicanalista e professor
Presidente de mesa: Adolfo Martins – Presidente do Grupo Folha Dirigida

Para contextualizar o que chamamos de "Família Contemporânea", iniciarei citando alguns marcos que instauraram esse fenômeno. O primeiro deles diz respeito a como os filhos passaram a ser gerados na História da humanidade não mais por acidentes, e sim por decisão. Isso se deu a partir de um momento historicamente recente. Tal fato mudou a face das relações humanas no planeta. A introdução dos chamados métodos contraceptivos, que têm origem muito recente, passou a produzir uma "responsabilização" do casal pela concepção da prole. Isto é, o que antes era da ordem aleatória, da incerteza, do imponderável e do incontrolável, passou a ser uma decisão assumida pelo casal. Isso produziu uma transformação no sujeito da autonomia.

O segundo marco está ligado, como conseqüência do primeiro, à nova relação que a humanidade estabeleceu com a sexualidade. A sexualidade, que a princípio estava a serviço da procriação, atinge o patamar do exercício do prazer – independentemente do exercício da procriação. Isto introduziu, na cultura contemporânea, a idéia "fantasmática" de que o prazer deveria ser preservado a maior parte do tempo como um imperativo imediato, estabelecendo, na relação humana, a noção de que deve ser buscado o gozo dentro e fora da sexualidade o tempo todo. Tal idéia, que atravessou boa parte do século XX e invadiu o século XXI, contaminou a relação dos educadores com os educandos. A prevalência do prazer em detrimento de outras esferas da chamada "responsabilidade" produziu o que costumo chamar de "educação analgésica" – a idéia ilusória de que seja possível produzir uma educação sem dor ou frustração. Sem qualquer crítica à liberdade conquistada pelo alargamento das formas de prazer, a introdução dos métodos contraceptivos e a decorrente abertura sexual geraram uma série de efeitos colaterais em relação à educação de nossos filhos.

Um terceiro dado, que se deu como desdobramento dos anteriores, é a maneira como os filhos passaram a ser enxergados pelos pais na História. Esse processo foi mais longo, vindo desde a Idade Média, na qual verificou-se a transformação dos filhos de **produtores** em **consumidores**. Filhos que eram entendidos, esperados e utilizados como extensão da **força de trabalho** da família – integrados à **divisão de trabalho** da família e, portanto, muito precocemente, da vida adulta. Os rituais de passagem eram muito mais acelerados – passava-se da infância à vida adulta, e não havia algo como a "adolescência". Nos nossos dias, há filhos consumidores que fazem o caminho inverso dos filhos produtores, pois são mantidos numa redoma que os protege de tudo – a chamada "nova estética da vigilância e da segurança", a "nova estética da blindagem emocional". Supostamente, eles deveriam estar protegidos e preservados. De todos ao males físicos e emocionais.

Há uma certa perplexidade dos pais em relação àquilo que verdadeiramente pensam acerca do certo e do errado (dos valores), e o que têm em volta de si. Assistiu-se, na segunda

metade do século XX, à insegurança progressiva dos pais em relação à determinação dos rumos dos filhos – projetada, em geral, na escola e nos educadores, os especialistas. Ora, pais que promoviam o aceso dos filhos ao real (à produção da riqueza, o mundo adulto, nu e cru), passaram a se tornar, à medida que avançou o tempo, pais provedores, lidando com os filhos construindo uma espécie de couraça, supostamente capaz de promover o resguardo, a segurança, a tranqüilidade emocional dos filhos. Estes se constituíram, cada vez mais, em filhos da realidade virtual – cuja relação amorosa, e até sexual, também é virtual. São filhos do imediatismo – órfãos do passado, órfãos do futuro.

Falar em tradição, valores e permanência é contrariar o imediatismo cultural do hedonismo do século XX. É raro alguém na adolescência manifestar um compromisso com o futuro mais estabelecido demonstrando a solidez que se poderia esperar de adolescentes constituídos com a proximidade do real. Escuta-se, quase como regra geral, pensamentos do tipo: "Vim ao mundo a passeio" e "A vida é para ser aproveitada aqui e agora". Esses filhos têm uma constituição estabelecida da subjetividade do século XX, que herdamos no século XXI. Há uma série de aspectos positivos, mas há efeitos colaterais preocupantes.

A erradicação do trabalho infantil foi uma conquista inestimável da humanidade, mas seus aspectos colaterais exigem nossa atenção para a maneira como se forma a subjetividade desse jovem que está à nossa mercê, e que clama, independentemente da nossa cegueira e surdez, por contenção, por proximidade com o real. Esse clamor é um pouco de expressão dessa relação que foi metamorfoseada dos pais na relação com os filhos. Os pais contrariam aquilo os beneditinos, na sua sabedoria milenar, chamam de **duplex doutrinae** – dupla doutrina em educação. Em síntese, essa doutrina diz: "Ensina pela palavra, ensina pela vida". O ensinar pela vida, pelo exemplo, pelo modelo, é a condição que efetivamente produz no sujeito a instalação de valores éticos e morais.

As tragédias a que nós estamos assistindo, cada vez mais dramáticas, constituem o resultado do afastamento do mundo real. Demonstra o despreparo de nossos filhos para lidarem com o que inevitavelmente os espera no mundo real. Quanto mais, e melhor estiverem preparados, maior será a probabilidade de lidarem com o mundo tal qual é. Nós estamos preparando jovens desarticulados e "desmuniciados" de instrumentos capazes de produzirem a proteção que gostaríamos que fizessem. E está aí o paradoxo: de pais educadores, passamos a produzir pais provedores. Os efeitos colaterais dessa provisão incluem a cegueira dos pais, na fantasia inconsciente de que prover signifique preparar – prover é condição necessária, é função materna. Prover escolarização, afeto e segurança constituir o que a psicanálise chama de função materna. Mas não estamos tendo a condição de exercício da condição paterna – exercício de apresentar o filho à realidade tal como de fato é.

Ao longo do século XX, assistiu-se à propagação, muito bem-vinda, da idéia, instaurada na civilização ocidental, da prevalência do chamado estado de Direito. Logo após a Segunda Guerra, surgiu a declaração Universal dos direitos Humanos, assegurando os direitos dos adultos, dos velhos, das crianças e da humanidade de maneira geral. Como conseqüência dessa visão, produziram-se, no Brasil, mais recentemente, o Estatuto da Criança e do adolescente, o Direito do Consumidor, etc. Com isso, verificamos o engendramento, na arquitetura da subjetividade da criança, essa aura de proteção universal. Tudo muito certo, porém, há efeitos colaterais: a prevalência dos direitos sobre os deveres. Isto quer dizer que a criança, o adolescente, o jovem, instituem uma correlação assimétrica, inteiramente defasada, entre o que seriam os legítimos direitos e os deveres.

Cidadania se aprende em casa, não será apreendida na escola ou nas instituições sociais. É simples: cidadania é, fundamentalmente, o produto da relação constituída pelos pais com a

criança entre os direitos e os deveres cotidianos no universo familiar. Não precisa de campanha publicitária do governo, basta que a constituição subjetiva das crianças passe pela naturalização do equilíbrio entre dever e direito. A visão da sexualidade que atribui, no século XX, a idéia de prazer imediato no mundo, produziu nos pais um dever quase tirânico de promover a felicidade dos filhos.

Proponho que reflitamos acerca dos efeitos colaterais desse imperativo categórico de se promover, a qualquer preço, a felicidade dos filhos. Em que medida a escola está sendo contaminada por essa fantasia cultural de que há um compromisso de fazer do cotidiano acadêmico um paraíso permanente. A escola precisa ter algum caráter lúdico, de prazer, no que se traduz como desenvolvimento do sujeito, porém a escola não deve ter compromissos de produzir um território filial da Disneyland. A escola está comprometida com a função **materna** (amparar, acolher, entender) de dar suporte emocional para a criança. Mas também, paralelamente, está comprometida, de forma irremediável, no cenário do século XXI, com o exercício da função **paterna** (lei, autoridade, contenção).

Os sinais de que nossos jovens clamam, desesperada e inconscientemente, por contenção estão nas manchetes dos jornais diários. Em cada farmácia, em cada supermercado, nos comerciais, o princípio estabelecido na cultura da felicidade imediata nos domina. A própria indústria da cultura (programas, novelas, etc) cria essa massificação que nos atravessa – não há passado, durabilidade, tradição, só imediatismo. Estamos na era da descartabilidade das relações amorosas.

Vivemos uma época em que assistimos ao que alguns autores chamam de "terceirização da parentalidade" – terceirização da função paterna e da função materna. Todos os pais têm a informação como jamais houve na História, do quanto é importante cuidar da infância. Contudo, são pais muito mais provedores do que educadores. É curioso: os pais dispõem-se a se sacrificar em seus trabalhos para proverem a seus filhos boa educação, conforto, alimentação, lazer, etc, mas terceirizam essa ação. Educar pressupõe dedicação, é algo artesanal. A delegação da educação de nossos filhos parece, nessa cultura massificada, a coisa mais natural do mundo. No entanto, a escola não recebe filhos, e sim alunos. A escola deveria lidar com o coletivo, não com seres especiais – independentemente de sua origem. Os pais, por sua vez, manifestam posição ambivalente com respeito à escola, que provoca ataques permanentes à instituição: na mesma medida em que confiam na escola, desautorizam sua eventual intervenção de autoridade, sobretudo a do professor.

Esses pais, iguais a todos nós, são o produto da mesma cultura e atravessados pelas mesmas contradições: a relação de prazer imediato *versus* a possibilidade de adiamento do prazer (o que caracteriza o desenvolvimento emocional). O que diferencia o jovem é a sua capacidade de acatar as renúncias, de adiar o prazer imediato, em nome de um prazer maior. Se um jovem se predispõe a perder um determinado tempo de videogame, televisão, praia, etc, em nome da satisfação de comunicar aos pais, no final do ano, que foi aprovado no colégio, terá alcançado um patamar de desenvolvimento emocional muito mais alto do que tivesse a atitude do "quero aqui e agora". Ele renunciaria à égide tirânica do presente, em que as relações são condenadas ao caráter descartável.

Em recente artigo na imprensa, Frei Betto escreveu a respeito do prolongamento do que se entende por infância na atual geração – segundo ele, a infância se estenderia até os 20 anos. Assistimos, de fato, a uma elasticidade do conceito de adolescência. É a nova estética da blindagem emocional, que produz aberrações às quais temos assistido de maneira muito disseminada. Um exemplo claro é o caso dos estudantes que passam anos na universidade, protelando pó término de seu curso. É a chamada protelação neurótica, característica de

adolescentes crônicos. Filhos que, provavelmente, jamais serão produtores – são filhos consumidores, com pais provedores.

A propósito do recente acidente automobilístico que vitimou jovens na Lagoa, lembro-me das correspondências que o jornal "O Globo" publicou na sua seção de cartas. Pois bem, dentre 26 leitores que apontavam os mais diversos culpados pelo acidente e as possíveis medidas para evitar outros no futuro, apenas quatro reafirmaram a importância de se responsabilizar a própria orientação do tipo de educação que dão aos seus filhos. Há uma responsabilidade da família que é intransferível para a escola.

Dirigindo-me mais particularmente aos profissionais de educação, chamaria a atenção para o fato de que muitos deles confundem o papel do SOE (serviço de Orientação educacional). A partir da pressão da família, este acabou sendo contaminado com a idéia quase delirante de que a função da escola é ocultar a incompetência dos pais. O próprio nome já indica, a função do SOE é de orientação. Há uma grande confusão por não se compreender a diferença entre atender a demanda e acolher a demanda. Em qualquer nível de ensino, o educador deve acolher (ouvir, entender, amparar), ser capaz de entender a inquietação do jovem e o desespero da família. O educador não tem que, necessariamente, atender ao desejo da família, nem à necessidade do jovem. A função de instruir, a partir do amor, a exigência imposta pela subjetividade é intrínseca à família. A ação amorosa de acolhimento deve ser acompanhada da contenção. Não é possível engendrar uma subjetividade saudável sem que essas duas vertentes estejam suficientemente combinadas.

Os pais, entretanto, estão muito comprometidos com o clamor, um tanto quanto questionável, de liberdade disseminado pela cultura do século XX. Nos anos 60, criou-se a consciência de que era preciso experimentar intensamente todas as possibilidades hedonistas – de afeto, de substâncias, de sexualidade. Agora, os filhos estão clamando por liberdade de uma maneira ingênua, irresponsável e inconseqüente. O papel dos educadores é conter esse clamor, e revesti-lo de uma camada de desenvolvimento emocional que corresponde à vontade de liberdade. O problema é que os pais estão clamando por liberdade antes dos filhos, e isso produz a terceirização. Há um papel que nos cabe, na condição de educadores, que é o de produzir a reflexão a respeito desse clamor de liberdade dos pais. Nós estamos contaminados pela avidez doa pais de se livrarem desse fardo da tutela de seus filhos. É preciso que construamos um movimento especular, de forma que possamos mandar de volta a tarefa que cabe à família: produzir a constituição de uma subjetividade que inclua a manifestação amorosa mais genuína na relação entre pais e filhos, capaz de contrariar, dolorosamente, a onipotência dos nossos filhos.